



Plenário discute incentivos à indústria automobilística



Rodrigio Leal/Agpco

Carros destinados à exportação: empresas interessadas deverão investir, no mínimo, 10% do crédito presumido em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica

Estímulo à produção em regiões menos desenvolvidas deve ser votado na quarta

A medida provisória que concede estímulos fiscais para a produção de automóveis no Norte, Nordeste e Centro-Oeste pode ser votada pelo Plenário do Senado já na quarta-feira, acredita Romero Jucá, líder do governo. Ele afirma que, "em princípio", existe acordo, mas a oposição nega. **3**



José Cruz/Senado Federal

Eunício Oliveira preside reunião da CCI, que aprovou o debate

CCJ discute compra de terras por estrangeiros no país

Por sugestão de Vital do Rêgo, comissão vai realizar audiência, a ser agendada, sobre "ocupação ilegal e venda indiscriminada de terras" para mineradoras

e multinacionais. O senador denuncia "ocorrência de negócios e fusão, por estrangeiros, de empresas brasileiras detentoras de imóveis rurais". **7**

Senador cobra socorro às áreas afetadas por enchentes **6**

Lídice da Mata pede dados sobre brasileiro preso em Londres **8**

Senado celebra cinco anos de Educação Física sem Fronteiras **2**

Número de subcomissões gera debate na CDR **4**

Sistema integrado contra dependência química

Especialistas que participaram de debate na Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas

reclamam recursos, formação de profissionais e reorganização do atendimento. Comunidades terapêuticas acusam restrições do governo. **5**



J. Freitas/Senado Federal

Padre Haroldo (E), ao lado de frei Hans: cura de vícios ancorada na fé

O projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras completa cinco anos e é promovido pela Federação Internacional de Educação Física

Senado homenageia projeto de educação física

O SENADO COMEMORA, pouco antes da sessão plenária deliberativa de amanhã, às 14h, os cinco anos do projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras. Os senadores vão homenagear a atuação da Federação Internacional de Educação Física (Fiep) no Brasil. O evento foi solicitado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

A ação dos Professores de Educação Física sem Fronteiras é realizada por meio da Fiep, dirigida atualmente por Almir Gruhn. Fundada no dia 2 de julho de 1923 em Bruxelas, na Bélgica, a Fiep tem como objetivo promover o desenvolvimento das atividades físicas, educativas, recreativas, de lazer e esportivas para todos, por meio da formação de professores, atualização e aperfeiçoamento

constante da profissão.

Reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e pelo Comitê Olímpico Internacional (COI), a entidade pertence ao Conselho Internacional de Educação Física e Ciência do Esporte.

A primeira viagem dos professores sem fronteiras da Fiep foi feita em abril de 2007 para Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador, Costa Rica e Panamá. No ano seguinte, houve a segunda viagem de intercâmbio pelos estados do Norte do Brasil, e, posteriormente, os intercâmbios continuaram a ser realizados no Brasil e no exterior. O quinto intercâmbio foi realizado este mês em Mato Grosso do Sul.

Alvaro Dias disse que os pro-



Aula em Timóteo (MG): demanda crescente por profissionais da área é destacada por Alvaro Dias, que requereu sessão especial

fissionais de educação física vêm ganhando destaque e reconhecimento da população no Brasil e no exterior. Há ainda uma demanda crescente da sociedade por atendimento especializado nesse setor.

O projeto que criou o Professores sem Fronteira é resultado desses acontecimentos, acrescentou o senador.

"A iniciativa, além de reforçar a importância da profissão, promove o intercâmbio técnico e

sociocultural entre profissionais de educação física e estudantes de várias regiões do Brasil e do mundo", afirmou.

O projeto incentiva a promoção de formação técnica de maior qualidade, observou.

Atividade intensa no Plenário e nas comissões

» O Plenário do Senado comemora hoje, em sessão especial, o Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas.

» Também hoje, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública para debater a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre programas sociais do governo.

» Amanhã, a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realiza debate sobre a importância de melhorias na infraestrutura portuária. A ideia é trabalhar pela redução das desigualdades regionais, com investimentos que possam elevar o movimento geral dos portos e dinamizar o turismo.

» Ainda amanhã, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e Controle (CMO) ouve a ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

» Na pauta da reunião, está ainda o Decreto 7.418/10, que fixa em 30 de abril o prazo de validade dos restos a pagar de 2007 a 2009, um estoque de cerca de R\$ 18 bilhões de dívida do governo para com estados e municípios.

» Para a quarta-feira, estão previstas audiências públicas na CDH e na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

» No Dia Nacional da Empregada Doméstica, quarta-feira, a CDH recebe 17 convidados para debater os direitos humanos dessas profissionais.

» Já a CCT debate na quarta-feira denúncias de que concessões para funcionamento de emissoras estão sendo entregues a "laranjas".

Correção

Ao contrário do que informava o texto "Viagens de avião terão taxas de US\$ 2", publicado na página 5 da edição de 20 de abril do **Jornal do Senado**, sairão do Orçamento da União, e não dos passageiros, os recursos destinados à Central Internacional para a Compra de Medicamentos contra a Aids, Tuberculose e Malária (Unitaid). De acordo com o PLC 149/10, para cada pessoa que viajar ao exterior de avião, o governo doará à Unitaid US\$ 2.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Homenagem a aposentados

11h Sessão especial para comemorar o Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas, celebrado em 24 de janeiro. A sessão, às 14h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

CDH Fiscalização pelo TCU

9h Audiência da Comissão de Direitos Humanos para ouvir a diretora técnica da 8ª Secretaria de Controle Externo do TCU, Márcia Lima de Aquino, e o secretário de Fiscalização e Avaliação de Programas do Governo, Carlos Alberto Sampaio de Freitas. Eles vão falar sobre programas de fiscalização.

Workshop Qualidade de vida

14h O Senado promove o *workshop* Como Lidar com as Emoções, que faz parte do ciclo de atividades de qualidade de vida no Senado. O palestrante, Osmar Francisco dos Santos, deverá falar sobre inteligência emocional, emoções e sentimentos.

CRE Impacto das revoltas no mundo islâmico

18h As insurgências no mundo islâmico e seus reflexos na estabilidade política do Oriente Médio e do norte da África são tema de painel sobre os rumos da política externa brasileira (2011-2012). Entre os convidados, o embaixador Marcos Azambuja e os professores Reginaldo Nasser e Márcio Scalercio.

Terça-feira

Plenário Homenagem a projeto de educação

14h Na hora do expediente, sessão dedicada aos cinco anos do projeto Professores de Educação Física sem Fronteiras e à atuação da Federação Internacional de Educação Física no país.

Previdência Educação profissional

9h A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais, debate o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico. Participa, entre outros, o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Moreira Pacheco.

CMA Instrumentos de fiscalização

9h30 A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle vota convite ao presidente do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, para falar sobre o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização e controle.

CE Frequência escolar mínima

11h Com cinco itens em pauta, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte vota projeto que aumenta a frequência mínima exigida para aprovação na educação básica.

CI Infraestrutura aeroportuária

14h A Comissão de Serviços de Infraestrutura debate a infraestrutura aeroportuária com os presidentes da Infraero, Gustavo do Vale, e do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, José Márcio Mollo, entre outros.

Copa Infraestrutura para os jogos

14h30 A Subcomissão da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 debate infraestrutura com o secretário executivo para Assuntos da Copa na Bahia, Renan Araújo, e o gestor do escritório da Copa em Salvador, Leonel Leal.

Reforma Regulamento administrativo da Casa

18h30 A Subcomissão de Reforma Administrativa ouve, em audiência pública, a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, sobre projeto que altera o regulamento administrativo da Casa.

Quarta-feira

CCT Uso de "laranjas" em concessões

9h Audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática discute denúncias sobre a utilização de empresas em nome de "laranjas" para aquisição de concessões de rádio e TV.

CDH Dia da Empregada Doméstica

9h A Comissão de Direitos Humanos realiza audiência sobre o Dia da Empregada Doméstica. Deverão participar a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, e o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi.

CAS Extensão do seguro-desemprego

9h A Comissão de Assuntos Sociais, entre outros itens, examina projeto que trata do prolongamento da concessão do seguro-desemprego, em até 12 meses, para grupos específicos de segurados.

CDR Planos da pasta do Turismo

9h30 Em audiência pública, o ministro do Turismo, Pedro Novais, vai apresentar aos senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo os planos de governo de sua pasta.

CRE Votação de convite a ministro

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional discute o envio de convite ao ministro das Relações Exteriores para participar de audiência pública sobre a situação de emergência em países do Oriente Médio.

CCJ Regras de tramitação de MPs

10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, proposta que altera a tramitação das MPs. Às 14h30, audiência pública debate o papel dos meios de comunicação social no combate ao narcotráfico.

CE Direito de transmissão de jogos

10h A aquisição de direitos de transmissão de jogos de futebol é o tema da audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Entre os convidados, os presidentes do Cade, da CBF e do Clube dos Treze.

Quinta-feira

Deficiência Debate sobre inclusão no mercado

11h30 Inclusão no mercado de trabalho é o tema de debate que será promovido pela Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiência.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Os incentivos fiscais previstos na medida provisória beneficiam indústrias automobilísticas atuais e futuras instaladas na área de atuação da Sudene



Pátio automotivo no Porto de Paranaguá, no Paraná: projeto de lei de conversão prevê incentivos fiscais para indústrias interessadas em novos investimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Líder acredita em acordo sobre setor automotivo

O LÍDER DO governo, Romero Jucá (PMDB-RR), prevê para esta quarta-feira a votação, no Plenário do Senado, da medida provisória que concede incentivos fiscais para o desenvolvimento da indústria automotiva instalada no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

– Em princípio, tem acordo para votarmos, sim – adiantou o senador.

Lido na sessão da terça-feira passada, depois de votado na Câmara, o texto original (MP 512/10) foi transformado em projeto de lei de conversão (PLV 8/11) e será relatado pelo senador Humberto Costa (PT-PE). De acordo com Jucá, as sessões de terça e quarta passadas mais as de hoje e amanhã somam o prazo necessário para que a matéria seja votada. Já o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), disse que não tem acordo.

– Não fui procurado para acordo nenhum. O que ficou acertado com o presidente da Casa, José Sarney, foi que começaremos a votar os projetos temáticos, começando pelas matérias referentes à saúde. Não conheço essa medida provisória que acaba de chegar da Câmara e, como de costume, deixam tudo para a última hora – afirmou.

A MP 512/10 foi assinada no ano passado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob o argumento de que a indústria automotiva brasileira passa por momento peculiar porque a produção, os empregos e as exportações crescem, mas as importações estão crescendo mais ainda. O resultado é que o setor, que vinha superavitário no mercado internacional até 2008, teve prejuízo em 2009, prenunciando novos déficits, em todos os seus ramos, inclusive no de autopeças.



Pelas contas de Jucá, prazo regimental para votação do projeto será cumprido nesta semana



Humberto Costa foi designado relator da MP, editada no ano passado pelo ex-presidente Lula



Alvaro Dias ignora a existência de acordo para a votação: “Deixam tudo para a última hora”

Estímulo ao desenvolvimento de novos produtos

Conforme a Medida Provisória 512/10, transformada pela Câmara dos Deputados no Projeto de Lei de Conversão 8/11, os incentivos fiscais só serão concedidos se as indústrias apresentarem projetos que contemplem novos investimentos e pesquisas com vistas ao desenvolvimento de novos produtos ou novos modelos de produtos já existentes.

A concessão dos incentivos será feita por meio de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e calculada mensalmente

sobre as vendas no mercado interno dos produtos que constarem nos projetos aprovados. Para isso, os projetos tiveram que ser apresentados pelas indústrias ao Executivo até o dia 29 de dezembro de 2010. O crédito presumido será extinto no dia 31 de dezembro de 2020.

Uma das exigências da medida provisória é que as empresas interessadas deverão investir, no mínimo, 10% do crédito presumido apurado em pesquisa, no desenvolvimento e inovação tecnológica na região, inclusive na

área de engenharia automotiva.

O texto final da Câmara determina que os novos projetos contemplados pela medida provisória poderão contar também com benefícios atuais estabelecidos pela Lei 9.440/97, pelo período de quatro anos. Entre esses benefícios, destacam-se a redução de 100% do IPI e do Imposto de Importação incidente sobre a compra de máquinas, equipamentos e moldes, além da redução de 90% do Imposto de Importação e de 45% do IPI na compra de matérias-primas, peças e pneus.

Novos projetos têm prazo até o dia 20

Os incentivos do projeto valem também para empreendimentos atuais ou futuros em municípios abrangidos na área de atuação da Sudene. Para as empresas dessa região, os novos projetos deverão ser apresentados até o dia 20 de maio de 2011. Essa foi uma das mudanças aprovadas pelos deputados com relação à MP do Executivo. Como a área de atuação da Sudene abrange municípios do norte de Minas Gerais

e do Espírito Santo, essas localidades também serão beneficiadas.

Segundo a Sudene, sua área de abrangência engloba totalmente os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e, parcialmente, Minas Gerais e Espírito Santo, cuja área de atuação está restrita a um pequeno grupo de municípios.

Reduções valem por cinco anos

Também de acordo com a MP, a indústria terá o direito de calcular o crédito durante o prazo de cinco anos, aplicando alíquotas de 2% do PIS-Pasep e de 9,6% da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a receita de venda, com uso de um fator multiplicador. Os fatores de multiplicação são os seguintes: 2 no primeiro ano de apuração do crédito; 1,9 no segundo ano; 1,8 no terceiro;

e 1,7 no quarto. Nos anos seguintes, esse número baixará até 1,5.

As empresas que obtiverem benefícios, mas apresentarem pendências de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e inscrições em dívida ativa da União, terão o CNPJ suspenso. Ficam, dessa forma, impedidas de realizar atividades industriais e comerciais no país até a regularização das pendências.



Benedito de Lira e Vital do Rêgo, durante a reunião da CDR: preocupação

Senadores alertam para sobreposição de tarefas das subcomissões

Já são mais de 30 colegiados temporários e permanentes. Número pode prejudicar o trabalho do Senado, alertam parlamentares

A EXISTÊNCIA DE mais de 30 subcomissões vinculadas às 11 comissões permanentes pode prejudicar o trabalho do Senado, advertiram os participantes da reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) da semana passada.

Pouco antes, o presidente da CDR, senador Benedito de Lira (PP-AL), havia adiado a reunião administrativa destinada a fixar a composição de duas subcomissões: a permanente de Desenvolvimento do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) e a temporária para Acompanhamento da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016.

O senador Blairo Maggi (PR-MT), que preside a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 no âmbito de outra comissão – a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) –, disse que sua subcomissão já tem um plano de trabalho e realizou audiências sobre o assunto. Ele pediu uma ação conjunta para evitar a sobreposição de atividades.

– Com mais de 30 subcomissões, às vezes falta senador para discutir os temas de cada uma delas – acrescentou o parlamentar, que considera negativo para a Casa ter mais de um colegiado tratando do mesmo assunto.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que, como o Senado tem muitas subcomissões, é necessário integrar o trabalho delas. A parlamentar citou o caso da Amazônia, que é tema de duas subcomissões: uma na CDR e outra na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Trabalho conjunto

Para Lídice da Mata (PSB-BA), autora do requerimento para criar a subcomissão da Copa na CDR, o tema não pode ser visto apenas sob a ótica da infraestrutura ou da fiscalização, mas deve ser analisado também do ponto de vista do turismo receptivo. De acordo com a senadora, é possível realizar um trabalho conjunto, que deve abranger as assembleias legislativas. O que não pode acontecer, acrescentou, é a CDR abrir mão de uma de suas competências – o turismo – porque outra comissão começou a discutir o tema anteriormente.

A senadora Ana Rita (PT-ES) sugeriu a busca de um entendimento que permita a conciliação de horários e evite a sobrecarga de trabalho prejudicial ao exame das matérias das comissões. Com a situação atual, explicou, os senadores não conseguem dar andamento aos projetos nas comissões, nem fazer uma discussão adequada dos temas das subcomissões.



Lídice da Mata (E) defende proposta de criar nova subcomissão: CDR não pode abrir mão da sua competência

Dívidas de agricultores com Banco do Nordeste serão tema de audiência

As dívidas dos pequenos agricultores com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) devem ser discutidas em audiência pública da CDR, de acordo com proposta do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) aprovada na última reunião da comissão.

Por sugestão do parlamentar, devem ser convidados o presidente do BNB, Roberto Smith; o diretor da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb)

Adalberto Coelho; o superintendente do BNB na Paraíba, Francisco Carlos Cavalcanti; e o presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural da Paraíba, Jair Pereira Guimarães.

De acordo com Vital do Rêgo, as dívidas dos pequenos e médios agricultores nordestinos trazem intranquilidade à região e recebem tratamento inflexível por parte do Banco do Nordeste.

Eunício Oliveira homenageia entidade de atendimento a jovens viciados

O senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) anunciou que solicitará voto de aplauso do Senado à organização não governamental Desafio Jovem do Ceará, de atendimento a jovens viciados em drogas em Fortaleza.

A entidade atende cerca de mil jovens por mês, e a meta é alcançar 2 mil atendimentos. Os jovens têm dois tipos de atendimento – a internação e o tratamento ambulatorial. Depois do tratamento mais intensivo, os pacientes precisam de tratamento contínuo, que dura de sete a nove meses. Na prestação do serviço, trabalham assistentes sociais, terapeutas, psicólogos e professores cedidos pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará, responsáveis por cursos supletivos para os pacientes que querem retomar os estudos.

Eunício Oliveira alertou, porém, que a entidade sobrevive basicamente com recursos doados pela sociedade civil. Apenas uma pequena parte de seu orçamento provém de dotações do governo federal, por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. O

custo mensal de um interno é hoje de R\$ 1,2 mil a R\$ 2 mil.

– Meu requerimento tem também por objetivo chamar a atenção da sociedade, do governo federal, estadual e municipal para o grave problema que não é só de Fortaleza, mas de todo o país – disse.

O senador assinalou ainda que, na quarta-feira, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) debate o crack.



Senador aponta que cada interno custa até R\$ 2 mil para a entidade, que atende mil jovens

Moka quer mais investimentos em políticas para prevenção de drogas

Waldemir Moka (PMDB-MS) defendeu na quarta-feira investimentos do governo em políticas públicas para tratamento, prevenção e reinserção social de dependentes químicos como forma de combater o uso de drogas. Também apontou a necessidade de garantir estrutura eficiente para a Polícia Federal realizar um bom trabalho de inteligência, especialmente nas áreas de fronteira.

– É muito mais fácil não deixar a droga entrar no nosso território do que, depois que já está aqui, ir atrás dos que estão traficando – sugeriu.

Moka ressaltou a atuação das comunidades terapêuticas – entidades religiosas que atendem pessoas com problemas de abuso de drogas. Informou que representantes de duas dessas comunidades participaram pela manhã de audiência da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outras Drogas.

O senador destacou que essas comunidades fazem o tratamento espiritual das pessoas com problemas. Segundo

afirmou, apesar do bom desempenho, essas comunidades têm dificuldade de receber recursos públicos.

Em aparte, Ana Amélia (PP-RS) lamentou que haja “burocracia demais e eficiência de menos” por parte do governo para tratar do problema das drogas. Já o senador Wellington Dias (PT-PI) afirmou que o governo precisa garantir apoio para quem está contribuindo para solucionar o problema.



Moka defende estrutura mais eficiente para PF poder realizar bom trabalho de inteligência

Ana Amélia pede uso do fundo antidrogas pelos municípios

A senadora Ana Amélia (PP-RS) sugeriu ao governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que repasse aos municípios parte dos recursos do recém-criado fundo do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (SEPPD), que vai permitir que os bens apreendidos no tráfico de entorpecentes sejam destinados para ações de prevenção e combate a esse tipo de crime.

Segundo a senadora, 20% dos recursos ficarão com a União. O Judiciário e o Ministério Público terão, cada um, 10% dos recursos. Os 60% restantes ficarão com o estado, que os dividirá entre as áreas de justiça, direitos humanos, segurança pública e saúde.

– Os municípios terão um papel relevante, porque é ali, na porta do prefeito ou da câmara de vereadores, que as pessoas vítimas da droga batem em busca de socorro. Fica a minha sugestão ao governador para compartilhar os recursos com as prefeituras.

Wellington elogia tratamento integrado de dependente químico

O tratamento integrado de corpo, mente e espírito da dependência química foi defendido pelo senador Wellington Dias (PT-PI), para o qual a existência de entidades bem-sucedidas na cura do vício mostra que “há luz no fim do túnel”.

Na Suécia, apontou o senador, país com a menor taxa de consumo de drogas de toda a Europa, poder público e sociedade fizeram esforço conjunto contra a dependência química, na década de 1980. O tratamento adotado foi integrado e a expectativa é de que, na próxima geração, não haja mais dependentes no país.

– Nós temos de criar um sistema, atuar na prevenção, no tratamento e na reinserção social. Precisamos ter coragem de tomar aqui medidas públicas. Ou vai ser esta geração, que está aqui no Senado e na Câmara, ou outra vai ter que fazer. Eu espero que seja a nossa – declarou.

Comunidades terapêuticas reagem a restrições do governo

As restrições determinadas pelo governo à atuação das comunidades terapêuticas, especialmente ao viés religioso assumido por elas, foram criticadas na audiência pública da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas. Os protestos foram puxados pelo frei Hans Heinrich Stapel, fundador da Fazenda da Esperança, sediada em Guaratinguetá (SP), que contestou a suposta tentativa do governo de transformar essas unidades de tratamento em "hospitais".

– É um absurdo a exigência de termos a assistência de um médico a cada dez dias. Eu acho que só devemos chamá-lo quando houver alguém doente. Mais de 20 mil pessoas já passaram pela Fazenda da Esperança. Eu quero ser respeitado por tudo o que nós fazemos. É preciso trabalhar juntos [governo e comunidades], e não um contra o outro – declarou.

Frei Hans argumentou que é preciso cuidar não só da parte física e psíquica, mas também espiritual do dependente de drogas. Ele informou que há judeus, muçulmanos, evangélicos e ateus entre os 3 mil jovens em tratamento nas 77 unidades da Fazenda da Esperança espalhadas pelo mundo. Embora os internos tenham sua orientação religiosa respeitada, precisam cumprir algumas regras, como não beber ou fumar, trabalhar e participar de atividades de cunho católico.

Fundador da Instituição Padre Haroldo, em Campinas (SP), o jesuíta Haroldo Rahm condenou a suposta tentativa de se dissociar a questão espiritual da prática terapêutica. Padre Haroldo também considerou "ridícula" a exigência dos assistidos por essas comunidades – a sua tem 200 jovens em recuperação – passarem por exame médico a cada dez dias.

– O que eles [dependentes] precisam é de bom exemplo e do apoio de pessoas que têm interesse neles. É isso que cura – afirmou.

Wellington Dias cobra apoio do governo às entidades assistenciais

O presidente da subcomissão, senador Wellington Dias (PT-PI), concordou que é preciso ir além dos cuidados com o corpo e a mente para resgatar o sentido da vida para os jovens em tratamento. Ele cobrou apoio do governo federal para essas entidades e adiantou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) já reconheceu a necessidade de seu trabalho para a recuperação de usuários de drogas.

A vice-presidente da subcomissão, senadora Ana Amélia (PP-RS), acredita que o trabalho como terapia ocupacional é uma boa saída. A parlamentar também comentou o lançamento do portal Observatório do Crack, amanhã, pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). A ideia é levantar dados sobre o uso do crack e auxiliar os municípios nas ações de prevenção, reinserção social e recuperação de dependentes.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse não ver contradição entre associar aspectos científicos e espirituais no tratamento a dependentes de drogas. Também avaliou negativamente as restrições do governo ao trabalho religioso nas comunidades terapêuticas, posição apoiada por Waldemir Moka (PMDB-MS).

Por fim, Eduardo Suplicy (PT-SP) citou artigo publicado pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP) no jornal *Folha de S. Paulo* em que vincula "uma regulamentação frouxa" sobre a publicidade de bebidas alcoólicas ao aumento no consumo.

No terceiro painel organizado por subcomissão, especialistas lembram que não faltam somente recursos para enfrentar o avanço das drogas, mas é preciso treinar profissionais e reorganizar o atendimento

Debatedores defendem sistema integrado para combate ao crack



José Luiz Gomes do Amaral, da AMB: é preciso reorganizar atendimento e capacitar profissionais

Especialista alerta que propaganda estimula uso de bebida entre jovens

Os participantes da audiência pública também criticaram a propaganda de bebidas alcoólicas e a falta de controle sobre a venda dessas substâncias, que funcionariam, de acordo com Emmanuel Fortes Cavalcanti, como porta de entrada para outras drogas.

– A bebida alcoólica liberada gera um nível de dependência nas pessoas que têm predisposição para a dependência química – alertou o representante da Associação Brasileira de Psiquiatria.

De acordo com o presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Gomes do Amaral, a propaganda de bebidas alcoólicas estimula os jovens a consumir a substância.

– A propaganda maciça incitando, sobretudo os jovens, a fumarem e a usarem o álcool talvez esteja também na base para que nós tenhamos uma quantidade tão grande de pessoas afetadas – disse José Luiz.

Ele defendeu a instituição de medidas que restrinjam o acesso ao álcool e ao tabaco como o aumento da taxa de cigarros e de bebidas.

Ao responder a questionamento dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ana Amélia (PP-RS) sobre

a possibilidade de legalização das drogas como estratégia para desestimular o consumo, Emmanuel Fortes Cavalcanti disse que o Brasil não tem condições de conviver com essa medida.

– Não se pode, num país deste que não tem controle nem educação suficiente para que regras mínimas sejam obedecidas, se falar em liberação de qualquer outra substância. Basta o álcool para nos causar problemas. Basta o álcool – argumentou.

Mortes

Para o presidente da subcomissão, senador Wellington Dias (PT-PI), apesar da redução no número de homicídios em países que descriminalizaram a venda de drogas, relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que mais de 200 mil pessoas morrem por ano em consequência do uso de drogas legalizadas.

– Em países que adotaram a liberação de drogas, reduziram-se sim os homicídios, mas também há outra realidade: ampliou-se o consumo, chegando às crianças e a bebês por intermédio das mães grávidas e isso causa outras mortes – afirmou o parlamentar.

PARA CONTER O avanço do crack no país, é necessário um esforço conjunto entre as diversas esferas envolvidas e a criação de um sistema que trabalhe de forma integrada, desde a prevenção até a recuperação do usuário. É o que defenderam participantes do terceiro debate promovido pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas.

Na audiência pública da semana passada, Carlos Vital Corrêa Lima, presidente em exercício do Conselho Federal de Medicina (CFM), apontou a necessidade de mais recursos para o combate às drogas e a definição de políticas que integrem as áreas de justiça, saúde e assistência social.

– Precisamos de um trabalho que não pode estar sobre os ombros exclusivos do governo, mas de toda a sociedade – disse.

De acordo com Lima, há carência de tratamento na área de dependência química. Segundo ele, é preciso priorizar os centros de atendimento psicossocial (Caps) e ampliar o acesso do dependente químico a esses locais.

Para Emmanuel Fortes Silveira Cavalcanti, da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), o Ministério da Saúde ainda não conseguiu estruturar um sistema efetivo para o tratamento de dependentes em crack. Ele também criticou a falta de grupos multidisciplinares de profissionais nos Caps e em unidades destinadas ao tratamento de dependência química.

– Nós precisamos de ações que funcionem de forma harmônica e integrada, hoje a gente não tem – assinalou.

Reestruturação

Para o presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Gomes do Amaral, é preciso reorganizar o atendimento aos usuários e capacitar os profissionais de saúde. Ele destacou ainda que as políticas de saúde pública e o tratamento de dependentes do crack devem ter como foco a reinserção social, criando oportunidades de estudo e trabalho para os indivíduos em tratamento.

– No tratamento desses pacientes, não se pode colocar em segundo plano a questão da reinserção social, de tal forma a permitir que o jovem seja reintroduzido nas escolas e requalificado para o trabalho – salientou.

Outra dificuldade é a falta de dados oficiais sobre os usuários. Carlos Vital Corrêa Lima citou levantamento que está sendo realizado do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebid) que indica o crescimento do consumo do crack no país desde 2005. De acordo com dados preliminares, mais de 1% da população brasileira já consumiu a droga.



Senadores se uniram aos convidados para defender uma nova abordagem em relação ao tratamento dos dependentes químicos

Lia de Paula/Senado Federal



Senador cita casos de 42 municípios baianos que perderam arrecadação

Walter Pinheiro vê lógica perversa na distribuição do FPM

A distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tem uma "lógica extremamente perversa", resultante do censo feito pelo IBGE, disse, na quarta-feira, o senador Walter Pinheiro (PT-BA). Ele citou exemplo de 42 municípios baianos que tiveram acentuada queda em sua arrecadação, mas continuam obrigados, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a executar o orçamento com base na arrecadação anterior. O censo constatou que a população diminuiu, interferindo diretamente na distribuição do FPM, explicou.



Suplicy homenageia cantor, que completou 70 anos na terça-feira

Suplicy: pesar pela morte de filha de Roberto Carlos

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto de pesar e de solidariedade ao cantor Roberto Carlos e sua família pela morte de sua filha Ana Paula Rossi Braga, ocorrida no dia 16. O senador também cumprimentou o cantor pelo seu aniversário de 70 anos, celebrado na terça-feira.

– Roberto Carlos, com seu talento, representa para todos nós, brasileiros, a emoção, a sensibilidade das coisas simples, o amor de quem ama de verdade.

Suplicy também agradeceu a atenção que recebeu de autoridades e parlamentares em visita às cidades paulistas de Campinas, Paulínia e Americana.

Benedito de Lira pede aos deputados que aprovem logo a MP que autoriza o BNDES a disponibilizar empréstimo para parques produtivos afetados por desastres naturais

Apelo para apressar socorro a áreas atingidas por enchentes

BENEDITO DE LIRA (PP-AL) fez apelo aos deputados para que aprovem logo a Medida Provisória 513/10, que autoriza o BNDES a disponibilizar R\$ 600 milhões para recuperar o parque produtivo de regiões afetadas por desastres naturais. Entre os estados beneficiados pela MP, informou o senador, estão Pernambuco e Alagoas.

– Peço que os deputados votem essa MP com velocidade, para que a proposta venha para o Senado e possamos aprová-la rapidamente. Isso garantirá que

o BNDES coloque empréstimos à disposição dos que perderam seus meios de subsistência com as enchentes – disse.

O parlamentar lembrou que desastres naturais vêm causando grande impacto no Brasil desde 2009 e que, 11 meses atrás, 19 cidades de Alagoas foram atingidas por enchentes. Ele reconheceu que mudanças climáticas globais são parte do problema, mas disse que a falta de prevenção tem ampliado os danos causados pelas chuvas.

– O estado de Alagoas, o mais

atingido pelas enchentes, não recebeu um centavo do governo federal para prevenção em 2010 – disse, lembrando, porém, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a região após a catástrofe e liberou recursos emergenciais.

Benedito de Lira informou ainda que a Defesa Civil de Alagoas deve lançar no próximo mês um sistema de monitoramento de chuvas, em parceria com o governo do estado, com a embaixada britânica e com o Ministério de Ciência e Tecnologia.



Raupp elogia estudo que define prioridades para infraestrutura

Raupp analisa transportes na Amazônia Legal

Valdir Raupp (PMDB-RO) parabenizou as nove federações das indústrias da Amazônia Legal e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) pelo lançamento do projeto Norte Competitivo, diagnóstico detalhado dos problemas encontrados nos transportes da Amazônia Legal – ferrovias, hidrovias, rodovias, dutovias, portos e aeroportos.

Raupp destacou o fato de o projeto Norte Competitivo elencar obras que, na visão do empresariado, são necessárias para facilitar o transporte de cargas, permitindo a redução dos custos de escoamento.



Atingidos por enchentes no estado de Alagoas são atendidos por programa desenvolvido por assistentes sociais

Vital do Rêgo defende reconstrução de Camará

Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que já foram dirimidas as dúvidas técnicas que impediam a reconstrução da barragem de Camará, cujo rompimento em julho de 2004 causou a morte de cinco pessoas e deixou 3 mil desabrigados no interior da Paraíba.

O senador informou que, após analisar o caso, o Ministério Público recomendou ao governo do estado que suspendesse a reconstrução da barragem até que as dúvidas sobre a possibilidade de recuperar ou reconstruir a barragem fossem dirimidas. A investigação do MP

concluiu que a reconstrução é viável, afirma Vital do Rêgo, e laudos técnicos mostram que não há qualquer risco para a população.

Vital do Rêgo disse que houve problemas na construção e, posteriormente, no acompanhamento e na manutenção da barragem. Parecer técnico analisando as causas da ruptura aponta para multiplicidade de fatores que convergiram para o acidente, mas destaca que houve erro de interpretação no que diz respeito à extensão de falha geológica existente na ombreira esquerda da barragem.

– Mas esse erro de avaliação não precisaria ter terminado no desastre, caso o monitoramento e a manutenção da barragem tivessem sido feitos com o rigor que se espera. Não houve, por exemplo, o acompanhamento e a observação sistemática do enchimento da represa. Foram negligenciados também indícios de que problemas sérios estavam ocorrendo. Finalmente, ignorou-se a necessidade de esvaziar o reservatório de água, apesar dos sinais de alerta. Não adianta agora ficar lamentando o que poderia ter sido feito e não foi – concluiu.



Governo perdeu capacidade de administrar Roraima, diz senadora

Ângela Portela vê Roraima em "situação crítica"

Ângela Portela (PT-RR) disse que seu estado se encontra em "situação crítica", agravada a cada dia, com problemas em várias áreas, como a saúde. Segundo a senadora, o governo local perdeu qualquer capacidade de apontar rumos, de propor alternativas de desenvolvimento econômico e social e de manter a máquina pública funcionando de forma satisfatória.

– Uma mulher que deveria ser submetida a uma cirurgia de rotina para implantação de uma prótese no fêmur, perdeu a vida porque os médicos operaram a perna saudável – lamentou a parlamentar.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Wilson Santiago • Paulo Paim • Cristovam Buarque

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Casildo propõe devolução de contribuição adicional ao INSS

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) informou que apresentou projeto que prevê a devolução da contribuição adicional à Previdência feita por aposentados que voltaram a trabalhar.



Casildo Maldaner

Para Casildo, a proposta corrige injustiça com a população de baixa renda, que, por não conseguir sobreviver apenas com a aposentadoria, é obrigada a retornar ao mercado de trabalho. Com o novo salário, no entanto, volta a contribuir com o INSS.

O projeto determina que, só depois de três anos da contribuição adicional, o aposentado trabalhador poderá pedir a devolução do que está sendo

novamente pago ao INSS. A devolução será paga de forma parcelada, com número de parcelas calculado a partir da estimativa de vida da população, prevista pelo IBGE. O senador ressaltou ainda que, em caso de morte do aposentado, o pagamento será feito a dependentes ou sucessores.

Casildo Maldaner também prestou homenagem aos 51 anos da capital federal, comemorados em 21 de abril. Ele relatou que chegou a Brasília há 28 anos e, portanto, há muito convive com a cidade. Para o senador, Brasília "é a capital federal de todos nós, é o Brasil em seu resumo".

Vanessa ratifica apoio do PCdoB à revolução socialista cubana

Comemorando o 50º aniversário da declaração do caráter socialista da Revolução Cubana, marcada pela derrota dos Estados Unidos na invasão da Baía dos Porcos, em 1961, e o 6º Congresso do Partido Comunista de Cuba, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ratificou o apoio e a solidariedade do seu partido à revolução socialista cubana.



Vanessa Grazziotin

– Uma revolução vitoriosa, que é fruto do sacrifício de todos os jovens cubanos, homens e mulheres: dos jovens operários, camponeses, estudantes, intelectuais e militares. Em apenas 72 horas, os invasores, treinados e armados

pelos Estados Unidos, foram derrotados. E assim, se consagrou a primeira derrota militar estadunidense em território latino-americano.

Vanessa disse que o 6º Congresso do PC de Cuba também é dotado do mesmo valor e importância histórica para o povo cubano, apesar do bloqueio norte-americano e das condições adversas no mercado internacional. O congresso, que contou com a participação de mil delegados, debateu e aprovou as linhas da política econômica e social do partido e da revolução e "reafirmou o seu caráter socialista, democrático e transparente".



Geovani Borges cita presidente do TJ

Justiça do Amapá critica governador, diz Geovani Borges

Geovani Borges (PMDB-AP) falou sobre entrevista publicada pelo jornal *A Gazeta*, do Amapá, em que o presidente do Tribunal de Justiça, Mário Gurtyev, chama o governador Camilo Capiberibe de irresponsável e cobra transparência nas contas do governo.

Na entrevista, Gurtyev diz que houve excesso de arrecadação nos primeiros meses de governo e cobra que as contas sejam abertas à população. Os serviços da Justiça no Amapá estariam restritos após corte no orçamento do Judiciário, que, segundo Gurtyev, apresenta déficit mensal médio de R\$ 3 milhões.

Geovani observou que o ex-senador João Capiberibe, pai do governador, é autor da Lei da Transparência (Lei 131/09), que começou a vigorar em 2010.



Senador critica disparidades estaduais

Randolfe defende salários iguais para serventuários

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu agilidade na tramitação da proposta de emenda à Constituição que autoriza o Supremo Tribunal Federal (STF) a dispor sobre Estatuto dos Servidores do Judiciário. A PEC 190/07 tramita na Câmara dos Deputados e ainda não passou pelo Senado.

Randolfe argumenta que a aprovação da PEC vai garantir o fim das disparidades nas remunerações dos servidores da Justiça de diversos estados. Enquanto alguns serventuários da Justiça chegam a ganhar R\$ 9 mil, outros alcançam apenas R\$ 800.

– São servidores que desempenham a mesma função e estão submetidos a tratamento diverso – enfatizou.



Audiência pública, que vai discutir também ocupação ilegal de terras, foi aprovada na quarta-feira pelos senadores da comissão

CCJ vai debater a compra de terras por estrangeiros

Comissão realizará audiência, proposta por Vital do Rêgo, sobre possível ocorrência de negócios e fusão, por estrangeiros, de empresas brasileiras detentoras de imóveis rurais

POR SUGESTÃO DO senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai realizar audiência pública para discutir a compra de terras no Brasil por estrangeiros.

Vital do Rêgo considera urgente que o país enfrente o problema da "ocupação ilegal e venda indiscriminadas de terras a pessoas, grupos mineradores, empresas agrícolas e outras grandes companhias internacionais". O senador informa que continuam ocorrendo "negócios e fusão, por estrangeiros, de empresas brasileiras detentoras de imóveis rurais" em desacordo com leis em vigor.

O tema foi considerado de grande relevância por diversos senadores presentes à reunião. Lindbergh Farias (PT-RJ) manifestou preocupação com a inexistência de informações confiáveis sobre o volume de terras hoje nas mãos de estrangeiros.

Para Pedro Taques (PDT-MT), o problema da propriedade de terras por estrangeiro envolve

a autonomia do país em termos de produção agrícola.

– Temos que debater esse tema sem xenofobia, mas pensando na segurança alimentar do país – disse Pedro Taques, sendo apoiado pelos senadores Jorge Viana (PT-AC) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Serão convidados para o debate representantes da Advocacia-Geral de União, do Ministério Público, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e dos ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente.

Na mesma reunião, foi aprovado, em turno suplementar, projeto (PLS 310/06) que amplia as atividades pertinentes a fundações e associações sem fins lucrativos e permite a remuneração de seus dirigentes.

A matéria já havia recebido a aprovação dos integrantes da comissão em reunião realizada na última terça-feira, mas, como foi acolhida na forma de substitutivo apresentado pelo relator, precisou passar por turno suplementar de votação. O texto agora segue para exame da Câmara dos Deputados.



Eunício Oliveira dirige reunião da Comissão de Constituição e Justiça

Proposta que amplia cargos de perito médico volta ao Plenário

O projeto que prevê a criação de 500 cargos de perito médico do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), para atender às 720 agências em construção no país, está pronto para ser votado em Plenário.

A matéria aguardava manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre emenda apresentada ao texto, que foi rejeitada pelo colegiado na quarta-feira.

A proposta (PLC 178/10), de iniciativa do Poder Executivo, foi aprovada pela CCJ no início de março, seguindo então para exame no Plenário, onde recebeu emenda do senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Para ser votada, a proposição dependia de análise da Comissão de Justiça sobre a emenda.

No texto, Alvaro Dias pedia a revogação de parte da Portaria 786/03, do Ministério da Previdência Social, que incluía, entre os critérios para ocupar funções de confiança, a participação em

entidades associativas, comunitárias, sociais e organizações não governamentais (ONGs), e a atuação em atividades de cunho social.

Alvaro Dias já havia apresentado essa emenda quando o projeto tramitou na CCJ. Naquela ocasião e agora, o relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), considerou a emenda inconstitucional, por avançar sobre atribuição do Executivo, e injurídica, por propor alteração em portaria por meio de emenda a projeto de lei. A posição contrária do relator foi novamente acolhida pela comissão.

Com isso, o projeto volta ao exame do Plenário. No entanto, o senador tucano anunciou que continuará trabalhando pela modificação da portaria. Ele informou que, caso seja derrotado, apresentará projeto de lei para regulamentar os critérios de escolha de pessoas para funções de confiança, com o objetivo de evitar "o aparelhamento do Estado".

Indicações para Anatel serão votadas na CCT

A CCJ também aprovou projeto (PRS 5/07) que inclui entre as atribuições da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o exame de indicações para presidente e diretores da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Conforme prevê o Regimento Interno do Senado, as indicações para a Anatel são analisadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ex-presidente da CCT, explica que a comissão foi criada há quatro anos para tratar de temas até então tratados por outros colegiados.

Para ele, as telecomunicações fazem parte dos temas pertinentes à CCT, devendo, portanto, ser também atribuição da comissão opinar sobre a escolha de dirigentes de agências reguladoras do setor.

O relator, senador Benedito de Lira (PP-AL), apresentou parecer favorável à proposta.

Alexandre de Souza Silva foi condenado, a princípio, a dez anos de prisão por tráfico de drogas. Depois, motivo teria sido mudado para "conspiração contra ingleses"

Lídice pede informação sobre brasileiro preso em Londres

A SENADORA LÍDICE da Mata (PSB-BA) apresentou pedido de informação ao Ministério das Relações Exteriores relativas ao baiano Alexandre de Souza Silva, condenado a dez anos de prisão no Reino Unido.

Alexandre foi preso em março de 2010 por tráfico de drogas, mas depois o motivo da prisão foi mudado para "conspiração contra ingleses", salientou a senadora. A família de Alexandre não sabe o motivo dessa nova acusação. No caso da acusação de tráfico, ficou provado que as drogas apreendidas pertenceriam a um colega de apartamento, e não a Alexandre, afirmou a parlamentar.

A família do baiano de Porto Seguro pediu auxílio para que Lídice da Mata atue na defesa dele, que vive em Londres há 20 anos, onde tem trabalho e residência fixos. A família acredita que Alexandre está sendo vítima de preconceito, por ser brasileiro.

O senador Paulo Paim (PT-RS), na presidência da sessão, infor-



Lídice da Mata pede também um consulado norte-americano na Bahia

mou que os questionamentos de Lídice serão encaminhados ao Itamaraty.

Vistos

Lídice da Mata contou ainda que, junto com membros da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), teve entrevista com representantes do Consulado-Geral dos Estados Unidos e com o embaixador norte-americano, Thomas A. Shannon. A senadora pediu a criação de um

consulado americano na Bahia, para facilitar a emissão de vistos. O Rio Grande do Sul tem pleito semelhante e Lídice espera que os dois novos consulados sejam criados. O ideal, no entanto, seria o cancelamento da exigência de visto para brasileiros visitarem os EUA, na opinião da parlamentar. O Brasil é a sétima economia do mundo e brasileiros já viajam para diversos países europeus sem precisar de vistos, assinalou.

Humberto lembra aniversário da Batalha dos Guararapes

O senador Humberto Costa (PT-PE) lembrou que no dia 19 de abril se comemora o aniversário da Batalha dos Montes Guararapes, ocorrida em 1648, e que marcou o início da expulsão dos holandeses do Brasil. O fato é considerado marco fundador da nacionalidade, disse.

A batalha ocorreu em Pernambuco, em Jaboatão dos Guararapes, e ganhou destaque pela união de índios, negros, mazombos e reinóis por um objetivo comum.

– Um índio, Felipe Camarão;

um negro, Henrique Dias; os lusitanos André Vidal de Negreiros, Antônio Dias Cardoso e João Fernandes Vieira, este último, madeirense; para não falar do *criollo* Barreto de Menezes, peruano de nascimento, simbolizam essa articulação em torno do sentimento nativista – afirmou.

Entre os motivos que levaram os brasileiros à desobediência civil, o senador apontou os altos tributos impostos pelos holandeses para manutenção de suas pesadas estruturas administrativas e militares; as



Luta contra holandeses é marco da nacionalidade, diz Humberto Costa

restrições ao culto católico; as migrações forçadas; e os juros extorsivos cobrados pelos agentes creditícios do Recife aos produtores de cana-de-açúcar.

Ana Rita critica condições de vida dos indígenas

Ao parabenizar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) pela audiência pública em comemoração ao Dia do Índio, a senadora Ana Rita (PT-ES) criticou as condições de vida a que está submetida grande parte dos povos indígenas.

Referindo-se à redução da população indígena, que, na época do descobrimento em 1500, era de cerca de 6 milhões – hoje não passa de 460 mil –, a senadora concluiu que, ao longo da história, esses povos sofreram genocídio.

Segundo a senadora, dos índios que vivem no Brasil, distribuídos em 225 sociedades, cerca de 150 mil se situam em áreas urbanas, geralmente de forma precária, nas periferias das grandes cidades, mendi-



Ana Rita: índios mendigam ou são explorados nas periferias brasileiras

gando ou sendo explorados em subempregos.

Ana Rita apontou, contudo, alguns avanços obtidos durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como a demarcação das terras da Reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, e, no Espírito Santo, a homologação, no segundo semestre de 2010, das terras indígenas de Tupiniquim e de Comboios.

Comissão para recontar história, defende senador

Paulo Paim (PT-RS) fez homenagem em Plenário aos índios e aos afrodescendentes e sugeriu uma comissão da verdade para contar a história de opressão que afetou esses povos. Para destacar o Dia do Índio, comemorado em 19 de abril, Paim leu texto poético que registrava a chegada dos colonizadores europeus para explorar a terra, mesmo à custa da morte de muitos indígenas. O senador disse que cerca de 100 milhões de índios foram exterminados no processo de conquista da América Latina.

O senador gaúcho lembrou que os indígenas têm outra data importante. Projeto de sua autoria, que virou lei em 2008, instituiu o dia 7 de fevereiro como o Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas.

Projeto de Santiago estimula cursos profissionalizantes

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) apresentou projeto de lei que propõe o fortalecimento da educação profissionalizante articulada ao ensino médio.

Em seu artigo 2º, a proposta acrescenta o artigo 90-A nas disposições transitórias da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), determinando que, até 2020, os sistemas de ensino passem a oferecer pelo menos 40% das vagas do ensino médio e 25% das vagas da educação de jovens e adultos, de forma articulada, à educação profissional.

O texto prevê ainda a utilização de recursos do Fundo de



Wilson Santiago

Amparo ao Trabalhador (FAT) para o financiamento de programas de educação profissional técnica de nível médio.

De acordo com o parlamentar, seu projeto resolve dois importantes problemas: o da falta de mão de obra qualificada no mercado e o da dificuldade de acesso ao emprego e ao estudos por grande percentual da população de jovens entre 18 e 24 anos. Conforme dados citados por Wilson Santiago, são 3,4 milhões de brasileiros nessa faixa etária que não estudam nem trabalham, o que corresponde a 15% do total desses jovens.

Aníbal Diniz pede internet rápida e estável no Acre

Aníbal Diniz (PT-AC) afirmou que o Plano Nacional de Banda Larga precisa garantir o acesso à internet rápida para as comunidades mais distantes e os municípios isolados, com preços acessíveis. Segundo o senador, há municípios do Acre

que nem sequer conseguem prestar contas de convênios aos ministérios por causa das falhas na internet.

Ele lembrou que o Plano Nacional de Banda Larga prevê que a internet de alta velocidade chegue a todos os municípios do país proporcionando acesso ao maior número possível de brasileiros.



Aníbal Diniz

Aníbal Diniz citou dados de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas publicados pelo jornal *O Globo* que apontam que o Brasil já está acima da média mundial no que diz respeito ao acesso a computadores (44% da população brasileira,

contra 36% da média mundial). Apesar dos números positivos, o senador diz que os desafios continuam.

– Não podemos nos contentar com o fato de estarmos acima da média mundial. Temos que mirar no exemplo daqueles que estão à frente e que garantem acesso universal a todos os habitantes – ponderou.

Cristovam cobra mais firmeza contra a inflação

Preocupado com a alta da inflação, Cristovam Buarque (PDT-DF) cobrou posição firme do Banco Central, com relação às taxas de juros, e do governo, sobre a redução nos gastos para barrar a expectativa inflacionária.

– Gestos do Banco Central no sentido de tolerância com a inflação, não usando com rigor os instrumentos monetários e da política de juros, são um recado de que governo e autoridades monetárias estão fechando os olhos para o risco da inflação – alertou.

Cristovam defendeu gestos claros do governo no que diz respeito às despesas públicas e se disse assustado com os gastos com o trem-bala, Copa, Olimpíadas, obras do PAC e reajustes de salários.



Cristovam espera gesto do governo

Paim comemora desempenho da pesca no Brasil

Paulo Paim (PT-RS) aproveitou a Semana Santa para divulgar números positivos apresentados pelo Ministério da Pesca sobre a produção de pescados no país. O senador disse que o Brasil é rico, com reais condições de se tornar o "celeiro do mundo", inclusive na oferta de peixes.

Ele informou que os números da pesca artesanal no Brasil são surpreendentes e estão em franca expansão. Parte desse crescimento, avaliou, se deve à criação da secretaria e, posteriormente, do Ministério da Pesca pelo presidente Lula. Dados citados por Paim indicam que 3,5 milhões de brasileiros dependem hoje diretamente do pescado, que tem produção de 1 milhão de toneladas por ano, movimentando cerca de R\$ 5 bilhões.



Paim: país pode ser celeiro do mundo